



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0001922-03.2018.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
Requerente: **ENILDES MARIA GUEDES DE SANTANA**
Requerido: **RUI DONIZETE M OLIVEIRA e outros**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou ter vendido um automóvel ao primeiro réu, comprometendo-se ele a realizar a transferência para o seu nome.

Alegou ainda que ele não o fez e que tomou conhecimento depois que o veículo foi vendido aos demais réus, mas permaneceu em seu nome.

Salientou a existência de dívidas pendentes desde a venda noticiada.

O réu **SÉRGIO** em contestação reconheceu a aquisição do automóvel em apreço sem que o transferisse ao seu nome.

Deixou claro que arcaria com todas as dívidas relativas ao mesmo, além de diligenciar a transferência dele ao seu nome.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Isso, porém, não aconteceu.

Diante desse cenário, como o dever em realizar a transferência do veículo é do comprador (art. 123, § 1º, do CTB), e tomando em conta que isso inocorreu, a condenação do réu **SÉRGIO** a tanto é de rigor.

Assinalo que se ele não cumprir a obrigação sua vontade será suprida e nessa hipótese deverá ressarcir à autora o pagamento do montante especificado a fl. 01, tendo em vista que a fl. 13 assumiu esse encargo.

Por oportuno, ressalvo que a condenação não abarcará os demais réus, tendo em vista que **SÉRGIO** chamou a si toda a responsabilidade do episódio, bem como não contemplará o ressarcimento de danos morais porque o pleito formulado a propósito (fl. 43) sucedeu quando o feito estava em termos para julgamento.

Assim, poderá a autora se desejar ajuizar nova demanda tratando especificamente dessa questão.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar o réu **SÉRGIO LUIZ SOARES PEREZ** a transferir para o seu nome o automóvel indicado nos autos no prazo de dez dias, contados da intimação da presente e independentemente do seu trânsito em julgado, implementando nesse mesmo prazo o pagamento das dívidas atinentes ao veículo de licenciamento, IPVA e DPVAT vencidas após 2016.

Intime-se o réu pessoalmente para imediato cumprimento imediato da obrigação de fazer que lhe foi imposta (Súmula nº 410 do Superior Tribunal de Justiça).

Ressalvo desde já que na hipótese de descumprimento pelo réu da obrigação imposta deverá ser expedido alvará para a CIRETRAN local a fim de que promova a transferência do veículo diretamente para ele.

Se tal suceder, fica desde já o réu condenado a pagar à autora a quantia de R\$ 1.335,89, acrescida de correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, e juros de mora, contados da citação.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intemem-se.

São Carlos, 14 de setembro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**